

## PRINCÍPIOS ÉTICOS DA RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA

*Josafá Carlos Siqueira SJ*

Pelo fato de nascer, viver e morrer dentro de um espaço físico, delimitado pelas circunstâncias das relações bióticas da natureza, o homem primitivo mantinha determinados princípios éticos, ainda que não explicitados racionalmente em forma de leis ou códigos prescritos, em relação ao seu comportamento diante da natureza circundante. Dos inúmeros princípios, destacaremos apenas três, a saber: o princípio de sobrevivência, o princípio mítico das divindades naturais e o princípio de perplexidade. O primeiro diz respeito à organização social em função dos ciclos estacionais (secas, chuvas, etc) e também do controle natural dos elementos fornecidos pela natureza através da caça, pesca, colheita e plantio. O segundo princípio refere-se às criações de divindades com elementos da natureza, como o sol, a lua, a água, a chuva etc. O terceiro e último, o da perplexidade, está relacionado com o espírito de impotência do homem diante dos complexos e incompreensíveis fenômenos físicos, químicos e biológicos da natureza. Neste princípio se destaca a dimensão contemplativa e amor e respeito pelas coisas da natureza circundante.

Já o homem grego, com o desenvolvimento da racionalidade (**logos**) e um conceito mais definido da natureza (**physis**), certamente desenvolveu outros princípios éticos da relação homem-natureza.

Na Escola de Mileto não encontramos um princípio explícito no sentido de uma relação ética entre homem e a natureza, mas, certamente, não podemos negar que há uma razão normativa para que o homem procure uma explicação de determinados fenômenos da natureza. Isto se manifesta no chamado princípio fundamental do húmido (*idor*). Na Escola Pitagórica, ainda que exista uma razão mítico-religiosa, encontramos um princípio ético da relação homem-natureza, expresso na preservação da natureza, pelo fato da alma humana poder passar pelas diversas criaturas. No Platonismo encontra-

mos um princípio ético-relacional, sobretudo no que se refere ao dualismo entre mundo sensível (natureza) e o mundo das idéias. Sem dúvidas, a prioridade é dada ao mundo das idéias, pois a partir dele é que se compreende a natureza, a **physis**. Somente no Aristotelismo é que vamos encontrar explicitamente um princípio inteligível da relação ética homem-natureza. A natureza tem aqui um valor ético em si mesma e daí a importância de conhecer a **physis** para descobrir esta inteligibilidade intrínseca. O fato mais evidente se mostra nas inúmeras obras de História Natural de Aristóteles, como também no trabalho desenvolvido posteriormente por muitos de seus discípulos, como é o caso particular de Theophrastos, denominado o pai da Botânica.

Voltando o nosso olhar para o século dezoito e dezenove, certamente encontraremos, nas diversas correntes e movimentos filosóficos, abordagens éticas em relação à problemática homem-natureza.

No século dezoito, duas correntes filosóficas se destacaram em relação à questão tratada, a saber: o Vitalismo e o Naturalismo. No Vitalismo, opondo-se à ética mecanicista de Descartes na qual não importa o valor da coisa em si mesma, mas sim o seu comportamento mecânico, afirma-se um princípio ético da natureza, cuja importância é o "princípio vital". Há, desta maneira, um princípio interior que dá sentido à natureza e que deve ser reconhecido pelo homem. No Naturalismo, procura-se uma integração maior entre homem-natureza, baseado numa espécie de retorno harmonioso de convivência direta com a própria natureza circundante. Rejeitando-se e opondo-se à criação técnica artificial, os naturalistas defendiam a volta ao estado primitivo de uma vivência maior com a natureza. Esta espécie de princípio ético-naturalístico ou princípio ético de retorno natural, ainda pode ser reconhecido na sociedade atual através dos movimentos que pregam e tentam viver uma relação mais profunda e harmoniosa com a natureza.

No século dezenove, além de outros movimentos, gostaria de destacar apenas dois, pois os considero de muita importância em relação à problemática que estamos abordando. O primeiro trata do Positivismo que, mais do que um movimento, foi sem dúvida uma corrente filosófica importante. Defendendo o princípio ético de valorização do conhecimento empírico e racional, certamente a natureza, fonte empírica onde o homem recolhe os dados para uma elaboração racional posterior, acaba recebendo um valor fundamental. Assim a natureza, fonte empírica para a racionalidade científica, passa a ter um papel relevante.

O segundo movimento, chamado Darwinismo, trouxe enormes contribuições na relação homem-natureza, pois, ao tentar explicar as evoluções sucessivas dos seres, das espécies pela seleção natural, acabou por despertar um interesse muito grande do homem moderno pelas múltiplas relações, associações e coevoluções existentes na natureza. Implicitamente há um princípio ético que valoriza e mostra a importância da relação homem - natureza.

Finalmente chegamos ao século vinte, onde a problemática abordada toma diversos matizes, sobretudo com o pluralismo da sociedade moderna.. A Revolução Industrial e Tecnológica criou uma segunda natureza que é a técnica. ORTEGA Y GASSET (1) mostra que a técnica, como reformulação da natureza que o homem realiza para satisfazer suas necessidades, se desenvolve a ponto de o homem moderno não poder viver sem ela. Assim, criou-se uma espécie de sobrenatureza ou segunda natureza. O homem moderno quer viver a natureza, mas sempre apoiando-se numa sobrenatureza que é a técnica. Aqui aparece a tensão entre uma ética ambientalista, voltada para a natureza circundante e viva e uma ética tecnológica, voltada para a criação técnica, artificial. A tensão se manifesta principalmente quando a criação tecnológica se torna uma ameaça á natureza vivente. Exemplos concretos estão nas indústrias poluentes, no caráter deletério das usinas nucleares, na produção de material bélico de longo alcance, etc.

Para tentar delimitar alguns princípios éticos da relação homem-natureza na sociedade moderna, vou partir daquilo que HENRIQUE VAZ (2) chama de tendências autais das ciências modernas que são: tendência instrumentalista e tendência finalista. Na tendência instrumentalista, iniciada na Grécia pelos Sofistas, valoriza-se o aspecto utilitário, sendo a ciência um instrumento de atuação na sociedade para obtenção de determinados objetivos. Na tendência finalista, iniciada pela escola socrático-platônica e desenvolvida por Aristóteles, valoriza-se a dimensão finalista da ciência, ou seja, a ciência tem um valor em si mesma, independentemente de sua utilidade. Assim, segundo esta perspectiva, podemos agora tentar traçar alguns princípios éticos na relação atual do homem com a natureza.

### **Princípios éticos da relação homem-natureza baseados na tendência instrumentalista das ciências.**

1.1 – Princípio utilitarista: a natureza é vista como fonte de sustentação imediata do homem, não se levando em conta as relações e in-

terlações autecológicas e sinecológicas. Esta visão reflete um esquema do chamado capitalismo selvagem e de um consumismo a todo custo, utilizando e explorando ao máximo a natureza, até de forma irracional.

1.2 – Princípio mecanicista; herança do mecanicismo cartesiano; a natureza é vista como uma máquina que funciona mecanicamente. Basta tirar os recursos da natureza, que ela, automaticamente, se encarregará de repor mecanicamente as depredações e alterações provocadas. Esta visão reflete um desconhecimento completo dos processos biológicos ou mesmo esconde ideologias subjacentes.

1.3 – Princípio auto-antropológico: a natureza não tem valor em si mesma, mas este é dado somente pelo homem. A natureza é formada por seres irracionais, cuja inteligibilidade só pode ser dada pelo homem. Esta visão reflete um antropocentrismo fechado em si mesmo, como se o homem não fosse parte integrante e dependente da natureza circundante. Parece se esquecer de que a natureza tem uma história geológica bem mais antiga do que a espécie humana e que durante milhares de anos não necessitou do homem para dar sentido à sua existência.

## **2.Princípios éticos da relação homem-natureza baseados na tendência finalista das ciências.**

2.1 – Princípio preservacionista: a natureza deve ser preservada não só pela sua importância vital no equilíbrio biológico mas, também, pelo valor que possui em si-mesma, independente da racionalidade dos métodos científicos. Dadas as implicações sociais, políticas e econômicas do problema ecológico, manifestam-se neste princípio as lutas das associações e entidades responsáveis pelo meio ambiente, como também a organização política através dos partidos verde e ambientalista.

2.2 – Princípio pedagógico-ambiental: semelhante ao princípio anterior, porém, com uma preocupação mais voltada para a educação ambiental e a formação pedagógica de uma consciência sócio-ecológica. Concebe-se uma relação muito estreita entre o homem e a natureza, daí a ênfase na educação ambiental em todos os níveis da escolaridade formal. Também no nível da educação informal são valorizados os recursos dos meios de comunicação de massa, tendo em vista a formação de princípios que valorizem não apenas a natureza em si mesma, mas também a sua relação com o

homem.

2.3 – Princípio filosófico-ambiental: Além da importância histórica da relação homem-natureza ao longo da cultura ocidental, alguns filósofos modernos estão se preocupando, a nível de reflexão, com a problemática em questão. Reconhece-se o valor intrínseco que a própria natureza tem em si mesma e coloca-se a questão de uma possível recuperação da tripolaridade entre o individual, o universal e a natureza extra-humana (3). Para a recuperação desta tripolaridade critica-se a concepção individualista da liberdade humana, ou seja, voltada unicamente para o aspecto da singularidade, esquecendo-se a dimensão da pluralidade com as demais liberdades, com o cosmos e com a natureza.

2.4 – Princípio teológico-ambiental: Vários teólogos contemporâneos estão procurando refletir sobre esta relação homem-natureza, quer a nível da teologia bíblica, quer a nível da teologia dogmática. Procuram acentuar a dimensão positiva da criação da natureza, além de mostrarem que o senhorio do homem sobre a natureza não pode ser entendido como propriedade, domínio e direito de usar a natureza como bem entende. O homem como peça fundamental da criação é, em relação à natureza, um administrador e co-responsável por ela. O valor da natureza não é dado apenas pelo homem, pois ela tem um valor em si-mesma que ultrapassa o antropológico, remetendo-se ao teológico.

2.5 – Princípio marxista-ambiental: Por causa da crítica que se tem feito nos últimos anos sobre a dimensão negativa da relação homem-natureza nas obras marxistas e as conseqüências disso na formação de princípios éticos no comportamento humano em relação a meio ambiente, alguns autores modernos tem procurado mostrar o contrário. Segundo BIOLAT (4), não se pode responsabilizar pela crise ecológica o conhecimento técnico-científico, mas sim a apropriação que o capitalismo faz do mesmo. DUARTE (5) estudando a problemática da natureza em *O Capital* de K. Marx, mostra o fato de que nesta obra aparecem elementos favoráveis e desfavoráveis na relação homem-natureza. É favorável quando se preserva a especificidade do mundo físico, da natureza material. É desfavorável quando se critica o reacionarismo dos preservacionistas que, por trás de uma visão e linguagem romântica da natureza, típica do século dezoito, escondem a não aceitação do progresso técnico, pregando assim um impossível retorno à natureza, no seu estado primitivo.

Finalmente, depois da tentativa de traçar alguns princípios éticos da relação homem-natureza, fazem-se necessárias algumas observações conclusivas. No esforço moderno de desenvolver uma ética ou princípios éticos da relação homem-natureza, não podemos deixar de reconhecer as escalas de valores existentes na própria natureza. O homem foi e sempre será a escala máxima em relação aos demais seres que compõem a natureza.

O reconhecimento de tal fato não deve diminuir em nada os outros demais seres, ao contrário, deve-se reconhecer que a natureza é um conjunto harmônico onde cada ser, independente de sua escala de valor ou de seu grau evolutivo, desempenha um papel biológico e vital extremamente importante para o equilíbrio ecológico. Esta consideração vai contra determinadas tendências modernas que, em nome da defesa do meio ambiente, ridicularizam o antropológico e supervalorizam o biológico-natural. O contrário também acontece, ou seja, supervaloriza-se a tal ponto o antropológico que se acaba colocando o biológico-natural em plano secundário. O equilíbrio está em reconhecer as escalas de valores existentes na natureza e manter um convívio harmonioso entre todos os seres que compõem o equilíbrio ecológico.

A propósito das correntes e movimentos ecológicos modernos, que lutam pela afirmação de princípios éticos em relação ao meio ambiente, é bom lembrar que muitas questões são tratadas de maneira unilateral. Vejamos alguns exemplos. É comum a afirmação de que a destruição da natureza está unicamente ligada a perda de respeito, por parte do homem, com relação aos seres da natureza. O homem é assim o único responsável. Na verdade, não podemos negar tal afirmação, pois, segundo alguns autores, a crise ambiental é um reflexo de uma crise de valores humanos. Por outro lado, não podemos dizer que esta seja a única causa, esquecendo-nos por exemplo do crescimento demográfico, o desenvolvimento tecnológico e industrial, as implicações político-econômicas, etc. Existem movimentos ambientalistas que afirmam que os desastres ecológicos são característicos da sociedade industrial, onde as relações homem-natureza chegaram a um grau de intolerância. Não podemos negar que o desenvolvimento tecnológico-industrial, sobretudo ligado a uma política de exploração exagerada dos recursos da natureza, tem provocado muitos delitos ecológicos, comprometendo seriamente a sobrevivência da natureza e do homem. Mas, sem querer justificar tais fatos, não podemos cair também numa crítica exagerada ao desenvolvimento tecnológico-industrial do mundo moderno, pois, afi-

nal, a história nos mostra que desastres ecológicos ocorreram também nas primitivas civilizações, como a da Mesopotâmia que aruinou seu ambiente forçando a uma produtividade agrícola além das condições locais; e da Fenícia que destruiu as famosas florestas do Líbano, atualmente estéreis pela exploração egípcia e romana.

Também aparece em nossos dias uma espécie de exaltação da cultura oriental, como a que melhor conseguiu uma integração harmoniosa entre o homem e a natureza, ao contrário da cultura ocidental. A afirmação parece pouco provável, pois a história universal nos mostra que povos orientais, como, por exemplo, os chineses, devastaram suas florestas para a exploração do carvão para metalurgia, para a construção de casas e templos, para a cremação dos mortos e fabrico de tintas nanquim para a escrita. A questão era tão séria que encontramos, nos primeiros tempos da história chinesa, contínuas normas e advertências de autoridades, sobre as conseqüências do desmatamento nas montanhas. RENÉ DUBOS (6) critica também algumas correntes orientais que, em defesa do meio ambiente no mundo ocidental, mostram que as raízes históricas de nossa crise ambiental estão ligadas aos ensinamentos judaico-cristãos. O autor mostra a inverdade de tal afirmação provando que ocorreram grandes depredações ambientais em lugares onde as pessoas não haviam tido contato com os ensinamentos bíblicos, ou até mesmo anteriores a estes.

Chegamos ao final desta nossa reflexão reconhecendo a complexidade de detectar, numa sociedade extremamente pluralista, aquilo que chamamos princípios éticos da relação homem-natureza. O nosso objetivo foi somente traçar um breve e acanhado esboço sobre um tema de extrema importância nos dias atuais.

## NOTAS

- (1) – ORTEGA Y GASSET, José. *Meditación de la tecnica*. . Obras completas, vol. V (1933-1941). Rev. Ocíd. Madrid. 1951.
- (2) – VAZ, H.C.L. *Ciência e Sociedade*. Anais do 3º ENJECI, Belo Horizonte, 1985.
- (3) – MAUER, R. *Ética filosófica y orientación en la acción: ética y ecología* in: Universidade, vo. XXII, n. 3, 1985.

- (4) - BIOLAT, G. *Marxismo e meio ambiente*. Seara Nova, Lisboa, 1977.
- (5) - DUARTE, Rodrigo. *Marx e a Natureza em "O Capital"*. Loyola, 1986.
- (6) - DUBOS, René. *The wooing of earth*, Charles Scribner's Sons, New York, 1980.